



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Nestes últimos meses as várias empresas concessionárias divulgaram, umas a seguir às outras, os resultados das actividades do ano passado. Não obstante ter-se registado algum impacto resultante da invasão da *tsunami* financeira, os referidos resultados demonstram que as referidas concessionárias, cujo accionista principal não é o Governo, conseguiram não sofrer uma caída significativa dos negócios mas antes assegurar um aumento significativo dos lucros. Quanto às empresas concessionárias cujo accionista principal é o Governo da RAEM, como por exemplo o Aeroporto Internacional de Macau, quase todas continuam a registar défice.

No ano passado os lucros da CEM atingiram os 520 milhões de Patacas, um crescimento de 3% em comparação com o ano de 2008. Segundo uma notícia do exterior, do mês passado, a Portugal Telecom, que é a maior accionista da CTM, revelou que no ano passado os lucros obtidos por aquela empresa tinham atingido cerca de 1.133 milhões de Patacas, um crescimento de 4,2%. Este ano, durante as reuniões da APN e da CCPPC, o preço da água bruta para Macau foi tema quente da ordem do dia entre os deputados de Zhuhai. Segundo alguns deles, a SAAM continuou a registar lucros no ano passado enquanto a Companhia de Água de Zhuhai, pelo contrário, teve que gastar cerca de 150 milhões de yuan para abastecer Macau. Claro que temos que aguardar que a CTM e a SAAM publiquem os montantes exactos dos lucros obtidos para saber quanto é que de facto lucraram. Quanto aos TRANSMAC (Transportes Urbanos de Macau) e à TCM (Sociedade dos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Transportes Colectivos de Macau), registaram também no ano passado lucros de cerca de 5,76 milhões e 29,30 milhões de Patacas, respectivamente. Só a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, cujo maior accionista é o Governo, é que registou um défice de cerca de 158 milhões de Patacas.

Mesmo com as influências decorrentes da *tsunami* financeira, as empresas concessionárias de exploração exclusiva de Macau, como sejam as dos sectores da energia, telecomunicações, transportes, etc., foram das que mais lucros obtiveram a nível mundial. Isto porque são monopolistas e também pelo facto de as tarifas praticadas não corresponderem à realidade da situação social.

Sendo assim, interpelamos a Administração sobre o seguinte:

1. Uma das preocupações da sociedade nestes últimos anos, expressa pelo seu apelo, tem sido a liberalização progressiva do regime de exclusividade, com a introdução da concorrência, reduzindo-se assim os custos suportados pela sociedade. O direito de exploração exclusiva do sector da energia eléctrica caduca a 30 de Novembro deste ano, não sendo nenhuma novidade a liberalização do mercado *upstream* e o objectivo do Governo em renovar o equipamento, com a entrada de novos operadores por meio de concurso público a ser realizado até 2015. No entanto, no respeitante ao exclusivo da rede eléctrica, prevê-se que se venha a manter um contrato a longo prazo com a CEM. Assim sendo, mesmo que o Governo mantenha por mais tempo a compensação das tarifas eléctricas, será que os custos para a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

população e PME, assim como os custos sociais irão baixar? O contrato de concessão do serviço público de telecomunicações caduca no próximo ano, sendo bastante provável que a CTM venha a ficar com as operações da rede fixa até 2021, através do modelo operacional “5+5”. Apesar da designação contratual “em regime de não exclusividade”, haverá de facto, neste momento, alguma abertura do mercado? A liberalização do mercado das telecomunicações móveis foi uma medida insignificante, uma vez que, na realidade, ainda não foi quebrado o regime de monopólio. Os elevados preços do serviço da rede fixa significam elevados encargos para a população, enquanto os rendimentos da operadora continuam a aumentar. Será que esta situação vai modificar quando o direito de exploração exclusiva caducar? Refira-se que, em finais do ano passado, o Governo renovou o contrato de concessão de abastecimento de água à SAAM por um período de 20 anos e que assume a compensação de cerca de 0,89 avos por cada metro cúbico de água bruta, cabendo à SAAM pagar como rendimento às autoridades 1,5 por cento das receitas brutas da empresa. Neste momento, 1 pataca é o preço da água bruta, três vezes inferior ao preço da água em Hong Kong, facto em relação ao qual as autoridades de Zhuhai também mostraram algum descontentamento, em sede da Assembleia Popular Nacional. Por quanto mais tempo irá durar esta situação? Caso o preço da água bruta registe aumento, as tarifas da água também serão sujeitas a aumento. E nesse caso, vai o Governo continuar com a compensação das tarifas, com o conseqüente aumento avultado das receitas da empresa concessionária? Ou será que esse aumento vai ser transferido para a população?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Considerando que as actividades exploradas em regime de exclusividade pelas empresas concessionárias estão intimamente ligadas às despesas indispensáveis ao quotidiano da população, a sociedade tem esperado, ao longo destes 10 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, a introdução efectiva em Macau de mecanismos de concorrência, bem como a liberalização da exploração das referidas actividades, no sentido de assim se diminuir as despesas dos cidadãos bem como os custos sociais. Mas pode afirmar-se que ao longo destes 10 anos o Governo da RAEM não terá trabalhado muito para dar resposta a essas aspirações, adoptou apenas algumas medidas cujos efeitos foram limitados, assumindo a atitude de que o “dinheiro pode melhor resolver os problemas”, ou seja, atribuindo subsídios aos cidadãos e cedendo interesses às empresas concessionárias. Afinal, quando é que se podem melhorar essas soluções que, de facto, não conseguem resolver radicalmente os problemas?

3. Nestes últimos anos, a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau tem registado défice, ora, Governo da RAEM, enquanto maior accionista, não está interessado nos seus prejuízos e ganhos? Poderá a liberalização dos serviços de logística do Aeroporto inverter essa situação deficitária?

7 de Abril de 2010.

Os Deputados à Assembleia Legislativa

da Região Administrativa Especial de Macau: Ung Choi Kun e Chan Meng Kam